

## LEILÕES DE PENHORES

PRESTAMISTAS — SOCIEDADE S. R., L.<sup>DA</sup>

Capital social: 60 000 000\$

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Setúbal sob o n.º 3583.

Contribuinte n.º 503200999.

## Leilão

Casa Seabra de Prestamistas, S. R., L.<sup>DA</sup>, irá leiloar os penhores caucionados em ouro, jóias e prata cujos contratos se encontrem em atraso por mais de três meses ou se verifique a depreciação do penhor, no dia 11 de Maio de 1998, das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos e das 15 às 17 horas, nas instalações sitas na Rua de Manuel Afonso Carvalho, 37 a 45, em Vila Franca de Xira.

Vila Franca de Xira, 16 de Março de 1998. — Pela Gerência, (Assinatura ilegível.) 3-2-33 954

## DIVERSOS

## FUNDAÇÃO ESCOLA PROFISSIONAL DE LEIRIA

Certifico que, por escritura de 7 de Janeiro de 1998, lavrada a fls. 65 e 65 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 96-F do 2.º Cartório Notarial de Leiria, a cargo do notário Agostinho Chaves de Andrade, foi constituída a fundação denominada Fundação Escola Profissional de Leiria, nos termos do documento complementar anexo, elaborado em separado, nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado, que faz parte integrante da referida escritura e do qual se junta cópia parcial.

## Estatutos

## Preâmbulo

A Fundação Escola Profissional de Leiria constitui-se com o objectivo de assegurar a consolidação do projecto da EPL, abrindo-o à participação de instituições e pessoas singulares, aprofundando a inserção da escola na região e reforçando os meios indispensáveis ao desenvolvimento das actividades de formação profissional inicial e contínua, actividades de inserção na vida activa e outras a que a EPL se vem dedicando ou que, no futuro, seja útil realizar na prossecução dos fins da Fundação.

## CAPÍTULO I

## Denominação, natureza, sede e fins

## ARTIGO 1.º

## Denominação e natureza

A Fundação Escola Profissional de Leiria, adiante designada por Fundação, é uma instituição privada de interesse social local, instituída por tempo indeterminado, com início na data do respectivo reconhecimento.

## ARTIGO 2.º

## Sede

A Fundação tem a sua sede na Rua da Cooperativa, lugar de São Romão, da freguesia de Pousos, do concelho de Leiria, podendo o conselho da Fundação deliberar a sua mudança dentro do concelho de Leiria e a criação de delegações ou outras formas de representação onde for julgado conveniente para a prossecução do seu fim e actividade.

## ARTIGO 3.º

## Fins

1 — A Fundação tem por fim a realização de actividades de formação profissional inicial, contínua, actividades de inserção na vida activa e a promoção do desenvolvimento cultural, social e económico do concelho de Leiria e da região.

2 — Como fim específico, a Fundação assegurará as condições institucionais necessárias ao desenvolvimento da Escola Profissional de Leiria.

3 — Serão ainda fins da Fundação outras actividades, no âmbito da educação e formação, que se mostrem úteis à região e sejam compatíveis com as condições e meios disponíveis.

## ARTIGO 4.º

## Integração no sistema educativo

As actividades a desenvolver com vista à prossecução dos fins da Fundação integrar-se-ão no âmbito do sistema educativo, designadamente na área do ensino técnico-profissional e artístico e do sistema de formação profissional.

## ARTIGO 5.º

## Filiação e cooperação com instituições congéneres

A Fundação pode, por deliberação do conselho, filiar-se ou, por deliberação da direcção, estabelecer acordos de cooperação com instituições nacionais ou internacionais.

## CAPÍTULO II

## Instituidores e aderentes

## ARTIGO 6.º

1 — A Câmara Municipal de Leiria e a Associação Comercial e Industrial de Leiria, promotores da Escola Profissional de Leiria, são instituidores da Fundação.

1.1 — Cada instituidor disporá de um lugar por inerência na comissão permanente do conselho da Fundação e, alternadamente em cada mandato, de um representante no conselho fiscal.

§ único. Apenas quando não tiverem representantes eleitos nos órgãos.

1.2 — Nas grandes questões da vida da Fundação, nomeadamente alterações de fundo no projecto, novas actividades, aquisição ou venda de património e extinção da Fundação, os instituidores disporão de direito de veto.

2 — Todas as outras pessoas singulares ou colectivas que venham a integrar a Fundação serão consideradas aderentes.

## CAPÍTULO III

## Regime patrimonial e financeiro

## ARTIGO 7.º

## Património

O património da Fundação é constituído por:

1 — Fundo inicial, constituído por:

a) Bens móveis e imóveis, inventariados à data da sua constituição, anexos ao balanço, valorizados nas rubricas de existências, imobilizados corpóreos e incorpóreos;

b) Valores acumulados, à data da sua constituição, nas contas de prestações sociais, capital social, reservas acumuladas e resultados transitados;

c) Dotações efectuadas para o efeito pelos instituidores e aderentes.

2 — Os resultados decorrentes da gestão do seu património, das receitas provenientes da prestação de serviços no âmbito da sua actividade, dos donativos, subsídios ou contributos que lhe venham a ser concedidos, dos direitos que venha a adquirir de outros, deduzidos dos encargos decorrentes da sua actividade, provisões e amortizações legais, que serão apurados anualmente, serão transferidos, por proposta do conselho fiscal e após aprovação pelo conselho da Fundação, para o fundo de reserva da Fundação.

## ARTIGO 8.º

## Composição do fundo

O fundo inicial compõe-se, à data da sua constituição, pelos seguintes valores, integralmente subscritos: Câmara Municipal de Leiria, com 10 000 000\$; Associação Comercial e Industrial de Leiria, com 1 000 000\$.

## ARTIGO 9.º

## Aumentos do fundo

1 — O fundo de reserva da Fundação poderá ser alterado por:

a) Reforço, por parte de qualquer instituidor ou aderente, da sua dotação;

b) Dotação resultante da admissão de novos aderentes;

c) Transferências da conta de resultados líquidos, por proposta do conselho fiscal e após aprovação do conselho da Fundação, tendo em conta o n.º 2.1 do artigo 7.º

2 — A deliberação para o aumento do montante do Fundo, nos termos das alíneas a) e c) do número anterior, compete ao conselho da Fundação.

## ARTIGO 10.º

## Investimentos

Por deliberação do conselho da Fundação e por proposta do conselho fiscal, aquando da proposta de aprovação de resultados, será afectada a investimentos do ano seguinte uma parcela não inferior a 50% da verba

a transferir anualmente da conta de resultados líquidos para o fundo de reserva da Fundação, assim constituído: fundo de reserva inicial — instituidores; fundo de reserva — aderentes; fundo de reserva — reforço instituidores e aderentes; fundo de reserva — transferências de resultados; fundo de reserva — provisões para investimentos.

#### ARTIGO 11.º

##### Alteração do fim ou extinção da Fundação

1 — Compete ao conselho da Fundação, por sua iniciativa ou sob proposta da direcção, deliberar sobre a alteração do objecto da Fundação ou sua extinção, nos termos dos presentes estatutos e da legislação aplicável.

2 — Em caso de extinção da Fundação será formada uma comissão liquidatária, composta pelos presidentes da comissão permanente, direcção, conselho fiscal e revisor oficial de contas.

2.1 — O conselho da Fundação poderá ainda nomear outros membros para fazerem parte da comissão liquidatária.

3 — Apurados os activos e passivos, compete à comissão liquidatária reembolsar as dívidas existentes, utilizando os meios financeiros que se mostrem disponíveis.

3.1 — No caso de os meios financeiros disponíveis não serem suficientes para regularizar o passivo, o reembolso será efectuado por rateio percentual.

### CAPÍTULO IV

#### Organização e funcionamento

##### ARTIGO 12.º

##### Organização

São órgãos da Fundação:

- a) O conselho da Fundação;
- b) A comissão permanente;
- c) A direcção;
- d) O conselho fiscal;
- e) O conselho consultivo.

##### ARTIGO 13.º

##### Composição e estrutura do conselho da Fundação

O conselho da Fundação é composto pelos instituidores e aderentes, fazendo-se as pessoas colectivas representar por mandato expresse.

##### ARTIGO 14.º

##### Competência do conselho da Fundação

1 — Ao conselho da Fundação competem, nos termos dos presentes estatutos, os mais amplos poderes para estabelecer a política geral da Fundação e, nomeadamente:

- a) Aprovar o orçamento e o plano anual de actividades;
- b) Aprovar o relatório anual de actividades, o balanço e contas de cada exercício e o relatório do conselho fiscal;
- c) Deliberar sobre as propostas de admissão;
- d) Deliberar sobre alterações aos estatutos, sobre os fins da Fundação ou sua extinção;
- e) Eleger e designar os titulares dos órgãos da Fundação de acordo com os estatutos;
- f) Aprovar o regulamento interno da Fundação.

2 — As deliberações respeitantes ao aumento do valor do fundo, à alteração dos estatutos e às propostas de designação ou de exoneração dos titulares dos órgãos da Fundação carecem de deliberação por maioria qualificada dos votos correspondentes ao valor nominal total do fundo.

3 — A exclusão de qualquer dos aderentes, por atitudes ou comportamento seriamente prejudiciais ao bom nome da Fundação, devidamente comprovados, carece de deliberação por maioria qualificada dos votos correspondentes ao valor nominal total do fundo.

##### ARTIGO 15.º

##### Reuniões do conselho da Fundação

1 — O conselho da Fundação reunirá semestralmente ou sempre que o interesse da Fundação o exigir.

2 — O conselho da Fundação é presidido por uma comissão permanente, composta por:

- a) Três membros eleitos;
- b) Dois designados por inerência, em representação de cada um dos instituidores, nas condições previstas do § único do n.º 1.1 do artigo 6.º;
- c) Presidente da direcção.

2.1 — Constituída a comissão permanente, são designados de entre os membros eleitos um presidente, um vice-presidente e um vogal.

2.2 — Os representantes não eleitos dos instituidores desempenharão funções de vogais.

2.3 — O presidente da direcção desempenhará as funções de secretário.

3 — A perda da qualidade de representante de membro do conselho da Fundação por parte do presidente, do vice-presidente ou dos vogais envolve a cessação das respectivas funções, dando lugar à eleição intercalar ou substituição até ao fim do mandato, regime igualmente aplicável nos casos de vacatura de cargos elegíveis que ocorram em qualquer outro órgão.

4 — O conselho considera-se validamente reunido com a presença de membros cujas dotações nominais para o fundo representem, no seu conjunto, mais de metade do seu valor.

5 — Salvo nos casos em que seja exigida maioria qualificada, as deliberações do conselho são tomadas à pluralidade dos votos.

6 — Cada pessoa singular ou colectiva disporá de um voto por cada fracção de 50 000\$ do valor nominal da sua dotação para o fundo, não podendo, porém, nenhuma delas deter mais de 40% dos votos, independentemente da sua participação naquele fundo.

7 — As funções dos membros da comissão permanente, incluindo as do seu presidente e vice-presidente, são exercidas a título não remunerado.

##### ARTIGO 16.º

##### Competências e funcionamento da comissão permanente

1 — Compete à comissão permanente:

- 1.1 — Dirigir as reuniões do conselho da Fundação;
- 1.2 — Definir as linhas gerais da organização da Fundação;
- 1.3 — Submeter à apreciação do conselho da Fundação o plano de actividades e orçamento;

1.4 — Submeter à aprovação do conselho da Fundação o relatório anual de actividades, o balanço e contas de cada exercício e o relatório do conselho fiscal, coincidente com o ano civil;

1.5 — Administrar o património da Fundação, podendo contratar empréstimos e conceder subsídios, com vista à prossecução dos fins e actividades da Fundação;

1.6 — Adquirir, alienar ou onerar bens móveis ou imóveis, desde que autorizada pelo conselho da Fundação;

1.7 — Contratar o pessoal da Fundação e exercer a competência disciplinar respectiva.

2 — A comissão permanente reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocada pelo presidente ou pela maioria dos seus membros.

##### ARTIGO 17.º

##### Competências do presidente e vice-presidente da comissão permanente

1 — Compete ao presidente da comissão permanente a representação externa da Fundação, em cerimónias ou actos públicos.

2 — O presidente da comissão permanente representa activa ou passivamente a Fundação em juízo e tem poderes para constituir mandatórios judiciais.

3 — Compete ao vice-presidente do conselho da Fundação coadjuvar o presidente e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos, bem como exercer todas as demais competências que por ele lhe sejam delegadas.

##### ARTIGO 18.º

##### Competências e funcionamento da direcção

1 — À direcção compete a gestão corrente da Fundação, nomeadamente:

- a) Elaborar as propostas de plano de actividades e de orçamento;
- b) Elaborar o relatório anual de actividades, o balanço e as contas de cada exercício, coincidente com o ano civil;
- c) Elaborar o regulamento interno da Fundação;
- d) Gerir o património da Fundação;
- e) Gerir as actividades ou projectos promovidos pela Fundação ou em que esta intervenha;
- f) Praticar em geral todos os actos necessários à gestão corrente da Fundação;
- g) Assegurar a gestão da Escola Profissional de Leiria.

2 — A direcção reúne com uma periodicidade semanal.

3 — A competência para a prática dos actos de gestão corrente da Fundação que, pela sua natureza ou urgência, não possam aguardar a próxima reunião da direcção é cometida ao presidente da direcção.

##### ARTIGO 19.º

##### Composição e competências dos membros da direcção

1 — A direcção é constituída por dois membros, presidente e vice-presidente, nomeados pelo conselho da Fundação.

2 — O presidente da direcção será obrigatoriamente uma personalidade com formação e currículo adequado na área da educação, ensino e formação profissional.

3 — Ao presidente da direcção competirá a coordenação da gestão corrente dos assuntos da Fundação e a direcção pedagógica da Escola Profissional de Leiria.

4 — Ao vice-presidente da direcção competirá substituir o presidente da direcção nas suas faltas e impedimentos, bem como encarregar-se de áreas específicas de gestão que lhe venham a ser confiadas pelo presidente da direcção.

5 — O mandato dos membros da direcção é de três anos.

6 — A remuneração dos membros da direcção é fixada por deliberação do conselho da Fundação.

7 — Os membros da direcção podem ser exonerados no decurso do mandato, por deliberação maioritária do conselho da Fundação.

#### ARTIGO 20.º

##### Vinculação da Fundação

A Fundação obriga-se com as assinaturas do presidente da comissão permanente e do presidente da direcção ou, em caso de impedimento comprovado destes, dos seus substitutos legais.

§ único. Exceptuam-se os assuntos de gestão corrente e de natureza técnico-pedagógica, para os quais basta a assinatura do presidente da direcção ou, em caso de impedimento comprovado deste, do seu substituto legal.

#### ARTIGO 21.º

##### Conselho fiscal

1 — O conselho fiscal é constituído por um presidente e dois vogais, nomeados nos mesmos termos, em simultâneo e para iguais mandatos que os membros da comissão permanente.

2 — O regime de simultaneidade da nomeação e do período do mandato previsto no número anterior não se aplica se ocorrer a exoneração de qualquer dos seus membros, verificando-se então a respectiva nomeação em separado até ao fim do mandato.

3 — As funções do presidente e do vogal não revisor oficial de contas do conselho fiscal serão exercidas sem vínculo e remuneração contratual.

#### ARTIGO 22.º

##### Competência do conselho fiscal

1 — Ao conselho fiscal são cometidos os mais amplos poderes para fiscalizar a actividade e funcionamento da Fundação e, nomeadamente:

a) Fiscalizar o bom cumprimento da lei, dos presentes estatutos e das deliberações validamente tomadas pelo conselho da Fundação;

b) Proceder ao exame das contas da Fundação e respectivos documentos de suporte contabilístico;

c) Apreçar e emitir parecer sobre o balanço e contas de cada exercício anual;

d) Pronunciar-se sobre qualquer assunto que lhe seja cometido para apreciação pelo conselho da Fundação.

2 — O conselho fiscal pode solicitar à comissão permanente e à direcção todas as informações ou esclarecimentos ou que lhe sejam facultados documentos que repute necessários ao cabal exercício das suas funções.

#### ARTIGO 23.º

##### Conselho consultivo

1 — O conselho consultivo é composto por:

a) Presidente da comissão permanente;

b) Presidente da direcção;

c) Presidente do conselho fiscal;

d) Instituições, empresas ou personalidades que possam contribuir para a realização dos fins estatutários da Fundação, expressamente convidados pela comissão executiva.

2 — Os mandatos dos membros do conselho consultivo não são temporariamente limitados, considerando-se válidos enquanto não forem denunciados por qualquer das partes.

2.1 — O conselho da Fundação pode determinar a perda de mandato de qualquer membro do conselho consultivo por razões de força maior.

#### ARTIGO 24.º

##### Competências e funcionamento

1 — O conselho consultivo é um órgão de consulta da Fundação, competindo-lhe dar parecer sobre as matérias submetidas à sua apreciação pela comissão permanente, nomeadamente:

a) Emitir parecer sobre as actividades e projectos da Fundação;

b) Apresentar propostas e fazer recomendações relativamente a novas iniciativas a lançar ou a apoiar pela Fundação.

2 — O conselho consultivo reúne ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente sempre que for convocado pelo seu presidente, por sua iniciativa ou a solicitação da comissão permanente.

### CAPÍTULO V

#### Disposições finais e transitórias

#### ARTIGO 25.º

##### Comissão instaladora

1 — Durante o primeiro ano após a constituição da Fundação, as funções da comissão permanente serão desempenhadas por uma comissão instaladora.

1.1 — Compete também à comissão instaladora desenvolver todas as acções necessárias para que o número de membros aderentes indispensável à constituição da comissão permanente e do conselho fiscal permita a eleição destes órgãos antes do termo do mandato da comissão instaladora.

1.2 — O mandato da comissão instaladora é de um ano, não prorrogável.

2 — A comissão instaladora é constituída por dois representantes de cada um dos instituidores, Câmara Municipal de Leiria e Associação Comercial e Industrial de Leiria, bem como pelo presidente da direcção.

2.1 — Na primeira reunião da comissão instaladora proceder-se-á à designação do presidente, do vice-presidente e dos vogais.

2.1.1 — A cada um dos instituidores caberá a presidência ou a vice-presidência, conforme vier a ser acordado.

2.1.2 — As funções de secretário serão desempenhadas pelo presidente da direcção.

3 — No prazo máximo de 30 dias após a tomada de posse da comissão instaladora, proceder-se-á à nomeação da direcção, cujo presidente passará a integrar a comissão instaladora.

4 — Os casos e situações omissos neste estatuto serão regulados de acordo com a lei geral, regulamento interno da Fundação ou por decisão do conselho da Fundação.

Está conforme o original na parte copiada, não havendo na parte omitida nada que altere a parte copiada.

2.º Cartório Notarial de Leiria, 6 de Janeiro de 1998. — A Ajudante,  
Maria do Carmo Carreira Vieira Moniz Mirante. 0-2-104 989

#### FUNDAÇÃO M. A. I. S. — FUNDAÇÃO MÉDICA DE ACÇÃO NA INVESTIGAÇÃO E DE SOLIDARIEDADE, I. P. S. S.

Certifico que, por escritura lavrada no dia 2 de Fevereiro de 1998, exarada de fl. 112 a fl. 113 do livro de notas para escrituras diversas n.º 210-H do 18.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da notária Gabriela Costa da Palma Martins, foi rectificada a seguinte fundação, quanto à redacção dos artigos 1.º, 31.º e 32.º dos respectivos estatutos:

#### ARTIGO 1.º

A Fundação M. A. I. S. — Fundação Médica de Acção na Investigação e de Solidariedade, I. P. S. S., adiante e abreviadamente designada por Fundação M. A. I. S. é uma fundação de solidariedade social criada por iniciativa da Sr.ª Dr.ª Maria Teresa Lemos Borges d'Almeida, médica neurológica, e tem a sua sede em Lisboa, na Rua do Embaixador Martins, 4-B, 1.º, direito, na Quinta do Lambert, freguesia do Lumiar.

#### ARTIGO 31.º

A Fundação M. A. I. S. extingue-se nos termos legais ou, em qualquer caso, pelo decurso do prazo de 20 anos após o seu reconhecimento.

#### ARTIGO 32.º

No caso de extinção, competirá ao conselho de administração, tendo em conta o espírito que presidiu à instituição da Fundação M. A. I. S., tomar as medidas necessárias relativamente aos bens e às pessoas, em conformidade com as disposições legais.

18.º Cartório Notarial de Lisboa, 2 de Fevereiro de 1998. — A Ajudante,  
(Assinatura ilegível.) 0-2-104 990